

TREINAMENTO PARA O BATALHÃO BRASILEIRO DESDOBRADO NA MINUSTAH: A CONSOLIDAÇÃO DE UM MODELO

Coronel José Ricardo VENDRAMIN Nunes¹

O INÍCIO

Ao final do ano de 2003 e no princípio de 2004, quando da decisão brasileira de participar da nova missão das Nações Unidas no Haiti, e em particular do acordo com o Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) de que o país tomaria a liderança militar da operação de paz, o treinamento de contingentes para este tipo de missão possuía como referência os procedimentos levados a cabo para o desdobramento dos contingentes em Angola, na década de 1990.

Em todo o histórico da participação brasileira em operações de paz da ONU, o Brasil não havia ainda se deparado com o desafio proposto pela Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)², o de preparar-se adequadamente para atuar com um batalhão de infantaria em uma operação de paz a ser conduzida sob os ditames de um mandato de Capítulo VII da Carta da ONU. Especialmente, no princípio dos anos 2000, as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), que expediam mandatos de Capítulo VII, já estavam sofrendo mudanças substanciais derivadas do consenso em torno da necessidade de proteção de civis e da adoção de uma postura robusta pelo componente militar da missão³.

O mandato da MINUSTAH, claramente definido como de Capítulo VII, não fugiu a essa visão, concedendo ao Componente Militar, detentor do monopólio do uso da força no terreno, o uso da força em autodefesa e em defesa do mandato, o que facultava o emprego de meios, técnicas e táticas ofensivas para a implementação dos objetivos da missão.

Era significativa a dicotomia existente à época, entre, de um lado, a preparação e o treinamento para a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM), uma missão de paz sob o Capítulo VI, com limitadas possibilidades de uso da força, e, de outro lado, as exigências operacionais em função do mandato e das tarefas esperadas pelo contingente militar na MINUSTAH. O Haiti recebia então a sua quinta missão da ONU nos últimos dez anos (entre 1994 e 2001, houve outras quatro intervenções não bem sucedidas). Os conceitos atuais de missão integrada e multidimensional somente seriam firmados, por consenso, e documentados pelo DPKO, anos mais tarde⁴.

O DESDOBRAMENTO EM 2004

¹ Comandante do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil.

² A MINUSTAH foi estabelecida como missão de paz do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, pelo CSNU por meio da Resolução 1542, de 30 de abril de 2004.

³ O CSNU posicionou-se claramente através da Resolução 1296 (2000), no sentido de enfatizar a relevância da proteção de civis como elemento central de mandatos de missões multidimensionais.

⁴ Depois de anos de discussões e deliberações sobre o novo formato que as missões complexas deveriam tomar e o processo de planejamento, o primeiro documento endossado pelo Secretário Geral das Nações Unidas (SGNU) data de 13 de junho de 2006 e foi chamado de Processo de Planejamento para Missões Integradas.

As análises produzidas no DPKO, recebidas pelo Secretário-Geral⁵ e submetidas ao CSNU⁶, direcionadas à MINUSTAH apontavam a uma presença adversa de grupos que provavelmente oporiam resistência armada às tropas militares. Isso se apresentava em duas vertentes: de natureza política, partidários do ex-presidente; e de natureza criminosa, composta de gangues armadas que dominavam grandes porções urbanas da capital Porto Príncipe e de outros núcleos populacionais do país.

A Brigada Brasileira, formada e bem treinada, mas com uma postura mais centrada no uso da força como autodefesa, tão logo desdobrada, deparou-se com pesados desafios que a colocaram frente a frente com a necessidade de empregar a força, até a força letal, para implementar a tarefa de estabilização afirmada no mandato da missão. Enfrentamentos com grupos armados tornaram-se freqüentes.

Uma rápida e intensa adaptação àquela realidade foi feita pelos contingentes brasileiros iniciais com vigor, mas não sem dificuldades. As informações recebidas dos batalhões brasileiros, reportando operações urbanas complexas, patrulhamento robusto e intensivo, domínio territorial, ações de busca, cerco e vasculhamento e muitas outras, instruíram o treinamento. Este pôde, então, encontrar lugar fértil e prosperar na criação do Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz)⁷, em 2005, predecessor do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB, criado em 2010)⁸.

TREINAMENTO ESPECÍFICO

Foi dessa forma, ajustando o treinamento no CIOpPaz, que os obstáculos apresentados por uma leitura e entendimento iniciais de um ambiente operacional, que exigiam melhor qualidade na preparação, foram adaptados. Estágios e cursos específicos foram especialmente concebidos para proporcionar a líderes juniores, como sargentos e tenentes, mas também a Comandantes de Companhia, Oficiais de Estado-Maior e Comandantes de Batalhão, as condições necessárias para entender as tarefas do mandato, tomar e implementar decisões, enfrentar riscos e atingir os objetivos planejados.

Sólido treinamento prático nas regras de engajamento da MINUSTAH foi pensado e desenvolvido, com a progressividade, a gradação e a duração necessárias para que soldados e comandantes pudessem fazer uso do armamento e aproveitar o terreno de modo competente. Ênfase foi dada naquela fase da missão para módulos de tiro, combate urbano e liderança.

Já nos anos de 2006 e 2007, o desenvolvimento de novas idéias para enfrentar os desafios na área de responsabilidade do Batalhão Brasileiro (BRABAT) vinha frutificando. A adoção de um modelo de pacificação urbana baseado em pontos fortes⁹,

⁵ Relatório do CSNU sobre o Haiti de 16 de fevereiro de 2004 trata de "grupos armados organizados com base em comunidades e gangues", e "paramilitares e milícia" como ameaças a segurança e estabilidade.

⁶ Comunicado do Presidente do CSNU, de 26 de fevereiro de 2004: "A Questão Relativa ao Haiti".

⁷ O CIOpPaz foi criado por Portaria do Comandante do Exército Nr 090, de 23 de fevereiro de 2005.

⁸ Em 15 de junho de 2010, a Portaria nº 952-MD, de mesma data, designa o Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz), do Exército Brasileiro, para a preparação de militares e civis brasileiros e de nações amigas a serem enviados em missões de paz e altera a sua denominação, para Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

⁹ Segundo o próprio General Heleno, primeiro Comandante da Força, em entrevista à BBC em 19 de outubro de 2004, uma de suas decisões fundamentais foi a determinação para a ocupação de pontos fortes: "Com o aumento da instabilidade, as tropas da ONU começaram a fazer uso mais intenso do patrulhamento com helicópteros na capital Porto Príncipe e procuram ocupar pontos estratégicos, ainda que com um número aquém do necessário".

expansão de perímetros de segurança e patrulhamento intensivo para a negação do território a grupos armados funcionou muito bem. Toda uma doutrina de pacificação urbana foi paulatina e exitosamente ajustada e desenvolvida em função da realidade existente no Haiti. Estas lições resultaram em novos ajustes no treinamento de contingentes.

Quando as operações militares de desarticulação de grupos armados urbanos começaram a migrar para ações tipo polícia¹⁰, no correr do ano de 2008, o então CIOpPaz regulou o treinamento de modo conforme. O treinamento ajustado produziu as inserções necessárias no treinamento, em assuntos como detenção temporária de indivíduos, mandatos de prisão, policiamento ostensivo, controle de distúrbios e muitos outros.

O TERREMOTO COMO MARCO

Todo este processo progrediu de modo satisfatório e com reflexos muitos positivos no terreno. Por volta do ano de 2009, a MINUSTAH já era vista internacionalmente como uma das raras missões da ONU de Capítulo VII de sucesso e em possível processo de transição de tarefas para o Governo Haitiano, em um futuro não muito distante¹¹. À época, o DPKO costumava tratar da Missão com uma das mais exitosas e hábeis em resolver problemas e avançar um processo político sob a proteção proporcionada por um ambiente estável e seguro. O terremoto destruidor de janeiro de 2010¹² cobrou um preço incomensurável em vidas e estruturas, liquidando anos de avanço da Missão e do país. O CSNU agiu com celeridade para aprovar resoluções para ajustar a MINUSTAH à nova e terrível realidade¹³.

O Brasil rapidamente enviou um segundo batalhão de infantaria para apoiar a coordenação da ajuda humanitária emergencial e, simultaneamente, restabelecer a estabilidade e a segurança em Porto Príncipe.

É fato, também, que o terremoto ocasionou uma mudança significativa no treinamento, que passou a abordar enfaticamente técnicas e táticas para realizar sepultamentos, proteger deslocados e refugiados, prover e efetuar a segurança de pontos de distribuição de alimentos e água e muitas outras atividades de coordenação essenciais para o retorno do Haiti a uma normalidade mínima, em especial na castigada região da capital.

No pós-terremoto, em junho de 2010, o CCOPAB foi criado como um centro conjunto, em uma evolução do então CIOpPaz, permanecendo como uma Unidade do Exército, mas integrada por militares das três Forças Singulares e vinculada ao Ministério da Defesa, com mandato para planejar e executar o treinamento de indivíduos e tropas que sejam desdobrados em operações de paz da ONU e de desminagem humanitária.

¹⁰ Relatório do SGNU sobre o Haiti, de 27 de agosto de 2008, descreve as modificações na situação de segurança relacionadas com operações de controle e manutenção da ordem.

¹¹ Relatório do SGNU sobre o Haiti, de 01 de setembro de 2009, esclarece que: "Após cinco anos do processo de estabilização, existe razões substanciais para crer que o Haiti está saindo de um passado de conflito em direção a um futuro mais brilhante de desenvolvimento pacífico".

¹² Relatório do SGNU sobre a MINUSTAH, de 22 de fevereiro de 2010, e Relatório das Nações Unidas no Haiti 2010: Situação, Desafios e Visão Geral.

¹³ Após o terremoto em 12 de janeiro de 2010, o CSNU expediu as Resoluções 1908 e 1927, incrementando os níveis gerais de efetivos da MINUSTAH para capacitar a missão a lidar com a situação e iniciar a fase de reconstrução.

A esta altura, já havia sido implementado um sistema de avaliação de treinamento e desempenho, ágil e composto de visitas ao terreno, entrevistas eletrônicas e pessoais, avaliação de cursos e estágios, orais e escritas e análise regular de relatórios. É neste sistema que o CCOPAB até hoje baseia fortemente os ajustes de rumo que se façam necessários ao treinamento, de modo que a instituição esteja sempre atualizada em relação ao cotidiano das missões.

A ERA PÓS-TERREMOTO E O MODELO ATUAL DE TREINAMENTO

Devido ao empenho e engajamento do Brasil na solução da crise provocada pelo desastre natural, a era pós-terremoto propiciou a maturação de uma posição estratégica favorável no contexto das missões de paz da ONU e fortaleceu a consolidação de um modelo de preparação e treinamento. Vale ainda lembrar, talvez como reflexo do prestígio e da confiança internacionais, que o Brasil até o momento é o único país a experimentar a manutenção da posição chave e altamente cobiçada de Comandante da Força, de modo permanente, em mais de dez anos, em uma missão de paz da ONU.

Uma sistemática de designação de batalhões a serem formados em diferentes regiões do país, com rodízio a cada seis meses, propiciou que militares de todas as regiões fossem contemplados com a oportunidade de participar de uma operação de paz que trouxe dinamismo e acentuado grau de realidade ao treinamento, permitiu a modernização de equipamento e a incorporação de técnicas, táticas e procedimentos operacionais e logísticos.

Após mais de dez anos, um efetivo superior a 25 mil militares, homens e mulheres, de todas as Forças pôde adquirir experiência em uma missão de caráter real com benefícios individuais e institucionais evidentes.

Das muitas necessidades de treinamento para uma missão de paz do quilate da MINUSTAH, uma das mais relevantes é o imperativo de dotar o militar, individualmente, e as equipes, coletivamente, de efetiva capacidade de emprego operacional em tiro, cuja precisão e controle de execução são maiúsculos em um ambiente urbano em que a distinção entre grupos armados hostis e civis da população é extremamente difícil¹⁴.

Tratando-se de treinamento de batalhão¹⁵, deve-se considerar que as necessidades de treinamento apresentadas pela complexidade da missão e as exigências curriculares da ONU, as dimensões continentais brasileiras e a sistemática de rodízio de tropas de cada região condicionam o CCOPAB a executar um planejamento que mescla o treinamento de instrutores com o envio de equipes móveis de treinamento.

No atual modelo¹⁶, o Comandante do Batalhão, seu Estado-Maior conjunto, os Comandantes de Companhia e os Comandantes de Pelotão (pessoal da Marinha, do Exército e da Força Aérea) recebem no CCOPAB treinamento genérico relativo à ONU e específico relativo à MINUSTAH, para retornar imediatamente a pólos de instrução aonde, na qualidade de instrutores treinados, multiplicam o conhecimento e adestram os seus subordinados. A metodologia de treinamento no CCOPAB inclui trabalhos em

¹⁴ Conceito Operacional de Proteção de Civis do Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU, de março de 2010.

¹⁵ Manual de Batalhão de Infantaria da ONU, Capítulo 10: Treinamento, agosto de 2012.

¹⁶ Programa Acadêmico do CCOPAB de fevereiro de 2014.

grupo, exercícios de tiro, simulações, exercícios de posto de comando e de liderança e outras modalidades de viés prático.

O CCOPAB conduz ainda uma série de estágios especializados para o Estado-Maior da Unidade na busca da qualificação de funções-chave para o desempenho do BRABAT no Haiti, como Logística e Reembolso, Coordenação Civil-Militar e Tradutores e Intérpretes. Após treinados, estes oficiais também ministram conteúdo específico da função e da missão aos seus auxiliares.

O modelo inclui, em fases seguintes, o treinamento em pólos de instrução que correspondem aos locais onde estão as frações que compõem o BRABAT, até que, nas últimas quatro semanas, tem-se uma concentração de todo o efetivo e o Batalhão é avaliado pelo CCOPAB em exercícios no terreno na região do país aonde foi formada a Unidade.

TREINAMENTO APÓS 2016, RECONFIGURAÇÃO DA MINUSTAH

A reconfiguração da MINUSTAH, no sentido de transição para outra modelagem operacional, vem sendo estudada há algum tempo. Uma missão técnica de avaliação foi enviada pelo DPKO ao Haiti em junho de 2014¹⁷ para apresentar opções para o encerramento da missão ou a sua reconfiguração, e uma transição de suas responsabilidades em futuro próximo para o Governo do Haiti. O CSNU deliberará em outubro de 2015 sobre um novo mandato e a forma que a missão tomará nos próximos anos.

Para efeito de treinamento, tanto a extinção como a reconfiguração da missão terão impacto no contexto atual da preparação.

No caso da adoção da opção de extinção da missão e de não ocorrer a participação do Brasil por meio de um Batalhão em outra missão de paz, haverá logicamente modificações substantivas no conteúdo e no modelo. Nesta situação, sem desdobramento imediato, mas com desdobramento potencial, o compromisso brasileiro com a ONU¹⁸ de manutenção de um batalhão de infantaria (entre outros elementos) em sistema de espera (*stand by*) pode indicar o treinamento de núcleos de comando de Unidade em diferentes Comandos Militares de Área por equipes móveis do CCOPAB. Isto permitiria a manutenção de uma capacidade de mobilização suficiente em cada região.

Com os mesmos condicionantes e a mesma situação de não participação em nova missão de paz após o Haiti, uma outra possibilidade seria a designação de organização(ões) militar(es) vocacionada(s) para operações de manutenção da paz da ONU, sistemática adotada pelo Exército por alguns anos em período anterior ao Haiti. Neste caso, o CCOPAB poderia fazer cumprir o previsto em um programa de treinamento para um Batalhão Brasileiro de Força de Paz em toda a sua extensão.

Na concretização da hipótese, considerada por muitos a mais provável, de reconfiguração da MINUSTAH, com a presença de um componente militar reduzido (ainda com um batalhão brasileiro) nos anos de 2015 e 2016, até que ocorra a sua liquidação ou modificação para uma missão política especial, o CCOPAB poderá manter o modelo atual de treinamento, com possíveis alterações em virtude de ajustes no mandato, nas tarefas ou no ambiente operacional.

¹⁷ Relatório do SGNU sobre a MINUSTAH, de 29 de agosto de 2014.

¹⁸ UNSAS (*United Nations Stand By Arrangement Systems*). Sistema pelo qual um Estado-Membro se compromete a manter certo nível de prontidão e contribuição para operações de manutenção da paz da ONU.



OBSERVAÇÕES FINAIS

O Brasil engajou-se decisivamente no Haiti. Desde o princípio, o país não se limitou a fazer a maior contribuição militar e assumir as responsabilidades de liderança do Componente Militar. O Brasil propôs projetos de desenvolvimento, liderou esforços políticos, enfatizou o apelo por doações humanitárias, fez gestões diplomáticas junto à ONU e atuou firmemente na condição de membro não permanente do CSNU. A reputação brasileira de país solidário e comprometido com a paz internacional foi reforçada com justiça nos mais de dez anos da MINUSTAH.

O treinamento pré-desdobramento evoluiu concomitante ao surgimento de novos desafios, o monitoramento da situação no terreno e as soluções táticas adotadas no momento. É considerado pelo DPKO como referência positiva.

O entendimento da importância do treinamento para o desempenho das tropas se refletiu no apoio, ao CCOPAB, de toda a ordem dos escalões superiores. Este apoio foi vital para que o treinamento atingisse níveis elevados. A confirmação de qualidade da metodologia utilizada e do conteúdo ministrado no CCOPAB veio por meio da certificação de treinamento realizada pelo DPKO¹⁹, do treinamento de contingentes em 2009, e do treinamento de observadores militares e oficiais de ligação em 2013. Em outubro de 2014, uma nova equipe do DPKO retornará ao CCOPAB para avaliar o curso de Oficiais de Estado-Maior para Missões de Paz.

Com mensagem final, é importante ressaltar que o CCOPAB continuará atento às necessidades de treinamento dos contingentes brasileiros, sabendo adaptar-se às circunstâncias do momento, mas com a visão de permanente vigilância na manutenção do bom nível de instrução de indivíduos e adestramento de tropa, com a expectativa de nova participação brasileira em outras operações de paz da ONU.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Comando do Exército. Portaria nº 090, de 23 de fevereiro de 2005, de criação do CIOpPaz.

. Ministério da Defesa. Portaria nº 952-MD, de 15 de junho de 2010, de criação do CCOPAB.

CCOPAB. Programa Acadêmico do CCOPAB 2014. Fevereiro de 2014. Disponível em: <www.ccopab.eb.mil.br/index.php/pt>.

¹⁹ Reconhecimento de Treinamento pelo DPKO (ITS 2009).

UNITED NATIONS. Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti. Fevereiro de 2004. Disponível em: <www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/reports.shtml>. Acesso em: 09 set. 2014.

_____. Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti. Agosto de 2008. Disponível em: <www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/reports.shtml>. Acesso em: 09 set. 2014.

_____. Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti. Setembro de 2009. Disponível em: <www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/reports.shtml>. Acesso em: 09 set. 2014.

_____. Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti. Fevereiro de 2010. Disponível em: <www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/reports.shtml>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti. Agosto de 2014. Disponível em: <www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/reports.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2014.

_____. United Nations Stand-By Arrangements System (UNSAS). In: UN FORCE Link. Disponível em: <<https://cc.unlb.org/UNSAS%20Documents/Forms/AllItems.aspx>>. Acesso em: 21 set. 2014.

_____. Policy: Authority, Command and Control in United Nations Peacekeeping, 2008. Disponível em: <www.peacekeepingbestpractices.unlb.org>. Acesso em: 21 set. 2014.

_____. Policy on Integrated Assessment and Planning, 2013. Disponível em: <www.peacekeepingbestpractices.unlb.org>. Acesso em: 20 set. 2014.

_____. Guidelines: Mission Start-up Field Guide, 2010. Disponível em: <www.peacekeepingbestpractices.unlb.org>. Acesso em: 20 set. 2014.

_____. Note: Draft DPKO/DFS Concept Note on Robust peacekeeping, 2010. Disponível em: <www.peacekeepingbestpractices.unlb.org>. Acesso em: 21 set. 2014.

_____. Report of the Panel on United Nations Peace Operations (Brahimi Report), 2010. Disponível em: <www.peacekeepingbestpractices.unlb.org>. Acesso em: 19 set. 2014.

_____. **Booklet: Peacekeeping Operations, Principles and Guidelines (Capstone Doctrine)**, 2008. Disponível em: <www.peacekeepingbestpractices.unlb.org>. Acesso em: 07 set. 2014.

_____. **Report: A New Partnership Agenda: Charting a New Horizon for United Nations Peacekeeping**, 2009. Disponível em: <www.peacekeepingbestpractices.unlb.org>. Acesso em: 06 set. 2014.

_____. **Policy: Training for all United Nations Peacekeeping Personnel**, 2010. Disponível em: <www.peacekeepingbestpractices.unlb.org>. Acesso em: 06 set. 2014.

_____. **Policy: Support to Military and Police Pre-deployment Training for UN Peacekeeping Operations**, 2010. Disponível em: <www.peacekeepingbestpractices.unlb.org>. Acesso em: 06 set. 2014.

_____. **Note: DPKO/DFS Operational Concept on the Protection of Civilians in United Nations Peacekeeping Operations**, 2010. Disponível em: <www.peacekeepingbestpractices.unlb.org>. Acesso em: 06 set. 2014.

_____. **UN Integrated Mission Planning Process**, 2006. Disponível em: <www.peacekeepingbestpractices.unlb.org>. Acesso em: 07 set. 2014.

_____. **ITS Standing Operating Procedure on Training Recognition**, 2009. Disponível em: <www.peacekeepingbestpractices.unlb.org>. Acesso em: 07 set. 2014.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS (DPKO). **United Nations Infantry Battalion Manual**. Nova York, agosto de 2012. Disponível em: <www.un.org/en/peacekeeping/documents>. Acesso em: 06 set. 2014.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **UN General Assembly Resolution 49/37: Comprehensive review of the whole question of peacekeeping operations in all their aspects**, 1995. Disponível em: <www.securitycouncilreport.org/>. Acesso em: 06 set. 2014.

_____. **Resolution 1296, Protection of Civilians**, 2000. Disponível em: <www.un.org/en/sc/documents/resolutions/>. Acesso em: 06 set. 2014.

_____. **Resolution 1542**, abril de 2004. Disponível em: <www.un.org/en/sc/documents/resolutions/>. Acesso em: 07 set. 2014.

_____. **Resolution 1674, Protection of Civilians in Armed Conflict**, 2006. Disponível em: <www.un.org/en/sc/documents/resolutions/>. Acesso em: 15 jan. 2014.

_____. **Resolution 1894, Protection of Civilians in Armed Conflict**, 2009. Disponível em: <www.un.org/en/sc/documents/resolutions/>. Acesso em: 06 set. 2014.

_____. **Resolution 1908**, janeiro de 2010. Disponível em:
<www.un.org/en/sc/documents/resolutions/>. Acesso em: 07 set. 2014.

_____. **Resolution 1927**, junho de 2010. Disponível em:
<www.un.org/en/sc/documents/resolutions/>. Acesso em: 07 set. 2014.

_____. **Resolution 2086, United Nations Peacekeeping Operations, 2013**.
Disponível em: <www.un.org/en/sc/documents/resolutions/>. Acesso em: 07 set. 2014.

_____. **Statement by the President of the Security Council: The question concerning Haiti**. Disponível em:
<www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Haiti%20SPRST20044.pdf>. Acesso em: 07 set. 2014.

MAO COPYR